

# COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

## ATA N.º 03/XII-2º/2021-2025

1. Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18H00, na sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no Chalet Ribeiro Telles, Largo 5 de Outubro, nº 34, na Cova da Piedade, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com a Câmara Municipal de Almada.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
  - Os Deputados Municipais:
    - António Salgueiro
    - José Rocha
    - António Maco
    - João Pedro Pereira
    - João Geraldês
    - Margarida Lourenço
    - Margarida Paulos
3. Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes a Srª. Presidente, Inês de Medeiros, o Sr. Vereador Filipe Pacheco, a Srª. Vereadora Francisca Parreira, o Diretor Municipal, Sr. Mário Ávila e o Diretor Delegado dos SMAS, Sr. Jorge Barroso.
4. O Presidente da Comissão começou por agradecer a disponibilidade por parte da Câmara Municipal para estar presente nesta reunião e solicitou que a Câmara realizasse um inquérito sobre o processo de realojamento de emergência no Bairro do 2º Torrão.
5. A Presidente da Câmara, Srª. Inês de Medeiros iniciou a sua intervenção sublinhando que este tem sido um tema largamente debatido, acrescentando que o objetivo deste executivo é erradicar por completo as barracas do Bairro do 2º Torrão, enaltece e agradece aos vereadores, à proteção civil e aos funcionários da câmara pela forma, abnegação, força, resiliência e coragem como conduziram todo este processo de realojamento de emergência, acentua o facto dos técnicos estarem permanentemente em contacto com os moradores, que se mostraram colaborantes ao longo do processo tendo sido até agora realojadas 160 pessoas. Expressa total desgosto pelas providências cautelares, que segundo a sua opinião, são geradoras de preocupação para aquelas pessoas, diz ainda que condena o incitamento às providências cautelares, mas que todas tem sido ganhas pela câmara em 1ª instância, sendo que só existe uma ainda pendente de decisão. Sobre as medidas a tomar em relação à vala, diz que só agora é que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) enviou o seu parecer. Disse que é preciso ter em conta a necessidade de renaturalizar a vala e aludiu ao facto de que grande parte daqueles terrenos são privados. A responsabilidade daquele território também cai sobre

a alçada da APA, APL-Administração do Porto de Lisboa e do domínio hídrico. Para além do 2º Torrão, informou que foi pedido também um estudo sobre os riscos na Costa da Caparica e Cova do Vapor, sobretudo devido ao galgamento das águas, criticou a dificuldade de diálogo com a APA em relação ao pedido de pareceres sobre a renaturalização e consolidação na zona da vala, destacando ainda a existência de pareceres contraditórios nos estudos da APA e do Professor Carlos Antunes, o qual preconiza a necessidade de se tapar a entrada da vala para que não possa entrar a água vinda do rio e também tapar a própria vala naquela zona, pois existe risco duplo de inundação. Aludiu às válvulas de retenção Bico de Pato como possibilidade de resolver o problema, mas também disse que a APA tem dificultado a questão ao não querer emitir opinião sobre o assunto. Referiu-se à situação de cinco habitações que ainda continuam por demolir, salientando que a vala se encontra cada vez mais fragilizada, agravada em consequência das máquinas utilizadas para as demolições.

6. O Sr. Deputado António Pedro Maco intervém para questionar o timing desta avaliação, exigindo respostas por parte de quem governa esta autarquia sobre o facto do conhecimento do relatório do SMAS de 2019 já alertava para o perigo de aluimento da vala, que aconselhava o realojamento dos moradores e o reforço dos molhes de proteção junto ao mar, questionou se a Srª. Presidente Inês de Medeiros teve acesso a esta informação e o porquê de não tomar as devidas precauções, tendo em conta os perigos para a população e para o ambiente, já mencionadas no referido relatório, questiona ainda sobre o porquê de uma intervenção tão tardia, dois anos após a elaboração do referido relatório. Referiu-se também ao relatório de 30 de junho de 2020 que também alertava para a urgência da intervenção e acusou o executivo da câmara de negligência, pelo facto de ignorar os alertas plasmados no relatório de 2019, acrescentado que se tinha ido há pouco tempo ao 2º Torrão e que a zona se apresentava perigosa e que não se compreende que o entulho das demolições ainda não tenha sido retirado. Acrescentou que o CDS considera que todo o processo foi conduzido de forma atabalhoada e à pressa.
7. A Srª. Deputada Margarida Lourenço inicia a sua intervenção com críticas às associações envolvidas no processo de realojamento, dizendo que se limitaram a emitir opiniões que em nada ajudaram os moradores, manifesta preocupação com o parecer tardio da APA, elogiou a ação da CMA na forma como esteve envolvida para encontrar alternativa de realojamento para os moradores, nomeadamente ao abrigo do Programa Porta de Entrada, referindo inclusivamente que a câmara se substituiu aos próprios moradores para arranjar soluções de habitação. Constatou que alguns dos moradores que foram a sessões de câmara e assembleias municipais foram instrumentalizados por alguém. Questionou quem iria pagar as custas judiciais das providências cautelares. Referiu-se a pessoas com residência comprovada noutra local que não o 2º Torrão e perguntou se os apoios da CMA às pessoas realojadas se ainda se mantinham. Questionou também ainda qual o acompanhamento que foi realizado na construção da capela que existe no Bairro e se esta não se encontra também em cima da vala.
8. A Srª Deputada Margarida Paulos começou por referir que a Comissão devia ter um âmbito mais alargado e enfatizou a sua intervenção na importância de um debate sério sobre o futuro dos moradores do Bairro do 2º Torrão, pergunta aos membros do executivo presentes na reunião se houve da parte dos moradores algum tipo de resistência sobre a obrigatoriedade de saída das suas habitações, pela preocupação demonstrada para onde iriam e em que condições, referindo-se nomeadamente à questão dos laços existentes e aos problemas com a escola. e terminou colocando a

questão sobre o que é que este executivo perspectiva fazer em relação ao Bairro do 2º Torrão.

9. O Sr. Deputado João Pereira questionou quem é que tinha de tomar a decisão sobre a vala, se a CMA, se a entidade privada proprietária dos terrenos ou se a APA. E perguntou quais os planos que existiam para o 2º Torrão.
10. Retoma a palavra a Sr<sup>a</sup>. Presidente Inês de Medeiros, começando em tom de resposta, que recusa a existência de negligência por parte do executivo camarário, afirma que não se recorda do relatório de 2019 ter ido ao Conselho de Administração dos SMAS e chegado ao executivo da CMA. Apontou uma série de situações anómalas, nomeadamente sobre as descargas ilegais de que os SMAS teriam sido acusados de efetuar na vala. O Sr. Vereador Miguel Salvado referiu na altura que existia um problema de segurança e que os SMAS iam avançar com algumas intervenções. O relatório elaborado em 2019 era do foro interno dos SMAS. Relativamente ao segundo relatório dos SMAS de 2020, esse sim, obrigava a providenciar soluções de forma a salvaguardar a segurança dos residentes das habitações em cima e na proximidade da vala, pelo perigo que representavam para aquelas famílias, as fragilidades retratadas nesse relatório.

Após o conhecimento do relatório de 2020 a CMA começou a trabalhar no projeto de construção de 100 casas para realojamento do Bairro do 2º Torrão, que neste momento já se encontram em fase de empreitada. Referiu também que era contra a guetização e, que por isso, a opção era por construção em lotes diversos. Assegura nesta sua intervenção que os moradores terão prioridade de realojamento nos 95 fogos anunciados reconhecendo os sucessivos atrasos neste projeto de construção, mas garante que já está em andamento.

Referiu que os SMAS continuaram a efetuar visitas regulares e a verificar o estado da vala. Salaria que o relatório de 2022 anuncia o agravamento das fragilidades da vala e a necessidade do consequente realojamento de emergência em junho de 2022, que obrigou a uma mobilização de todos os serviços para dar início ao processo, reuniões com as entidades que operavam no Bairro do 2º Torrão, população, Associação de Moradores, Centro Paroquial e Santa Casa da Misericórdia. O Serviço Municipal de Proteção Civil alertou para o início do ano hidrológico que poderia vir a agravar as condições da vala e que após isso que foi feito o levantamento das habitações em cima da vala, reconhecendo que muitos daqueles moradores não reuniam as condições para a candidatura ao Programa Porta de Entrada, garantindo que não existiu qualquer tipo de ameaça ou chantagem sobre aqueles moradores. Garante que não se omitiu nada relativamente ao problema existente e todos foram informados que em outubro teriam de sair do local. Verificou-se que muitas das famílias abrangidas não tinham condições para se candidatarem ao programa, para alugar ou subalugar habitações alternativas e que por isso a CMA se tem substituído às pessoas. Realizou-se uma reunião na Escola da Trafaria e foram convidadas todas as pessoas identificadas e que moravam na zona da vala.

Foi definida a partir daí a primeira zona de risco e desde essa altura os serviços municipais nunca mais saíram de lá. Existiu uma dedicação absoluta e depois alargou-se à área finalmente identificada.

As pessoas começaram por não acreditar que a vala estava em risco, pensavam que nunca iria cair, e por isso não procuraram casa.

Lembrou que desde 2014 que na União de Freguesias da Caparica e Trafaria já teria apresentado reclamação sobre a situação da vala e que os SMAS já em Outubro de 2014 falava na problemática da mesma.

Afirma que as famílias realojadas em hotéis tiveram os apoios que se consideraram na altura adequados, bem como o facto de terem sido providenciados espaços para armazenamento dos bens destes moradores. Existiu também por parte da CMA articulação com as diversas escolas das zonas onde foram realojados os moradores. Houve também atenção ao problema dos animais domésticos. Ajudou-se as pessoas com todos os processos administrativos. Indicou algumas dificuldades no acesso ao realojamento, com autorizações de residência e referência de residência noutros territórios. No caso de identificação de novos casos para realojamento, foi-se alargando.

No seu entendimento, e concordando com o PAN que a comissão deveria ter uma discussão mais alargada sobre questões relacionadas com o Bairro do 2º Torrão e revelou preocupação com o desmantelamento da comissão de moradores e confirma a complexidade de tomadas de posição sobre estes bairros, nomeadamente os do 1º Torrão e Madame Faber, tendo em conta que falamos de construções precárias.

11. De seguida falou o Sr. Deputado João Pereira que considerou que a maioria das respostas já tinha sido dada, quer se goste ou não. Referiu-se aos relatórios de 2020 e de 2022. Indagou da existência ou não de outros relatórios. Constatou que existiam ainda mais 4 ou 5 casas em cima da vala e aludiu às situações que se encontravam em Tribunal perguntando como é que iria ser a situação dessas habitações. Falou também do entulho existente após as demolições e que era um perigo para todos os que ainda por lá se encontravam, porque é que ainda não tinha sido retirado, nomeadamente a questão do fibrocimento partido e que era preciso dignificar o espaço.
12. Seguidamente interveio o Sr. Deputado João Geraldês que constatou que toda esta informação não é nova e que se referiu aos 95 fogos que se encontram em fase de empreitada e inquiriu qual o destino desses fogos e solicitando garantias à Srª. Presidente da CMA da confirmação de realojamento para estes moradores nos fogos em construção. Solicitou também informação sobre o que resultou dos contatos com os proprietários do terreno.
13. O Sr. Deputado José António Rocha inicia a sua intervenção fazendo uma alusão ao processo anterior da Fonte da Telha e da forma como correu esse processo. Em seguida alertou a Srª. Presidente da CMA para o facto das reuniões de comissão serem propícias para um debate mais sereno, com todas as condições para o diálogo aberto e profícuo, independentemente das muitas diferenças ideológicas que inevitavelmente nos separam, e afirmou que nunca disseram que os técnicos não estiveram no terreno.

Questionou o facto sobre os relatórios anteriores, se havia ou não a necessidade de retirar as pessoas. Declarou que a CMA teima em desvalorizar o papel das associações e continuou referindo que o tema sobre o realojamento de emergência no Bairro do 2º Torrão tem sido largamente debatido quer em reuniões de Câmara, quer em sessões da Assembleia Municipal, com recorrentes intervenções de algumas associações e moradores, denunciando a pressão, a chantagem e a insegurança, pela forma como foi despoletado todo o processo e com muitas críticas da oposição. Diz ter toda a legitimidade para debater o tema porque acompanhou o processo desde o seu início, acrescentando que da parte do BE, todas as afirmações feitas ao longo do processo, foram feitas em função do acompanhamento no terreno de toda a ação desenvolvida pela câmara, e do contacto com os moradores e as associações. Questionou o executivo

sobre se tinham conhecimento ou não do relatório de 2019, que denunciava as fragilidades da vala e o conseqüente perigo para as famílias que ali residiam, questionou se estes moradores seriam realojados nos 95 fogos em construção, se os apoios se manteriam até a resolução definitiva do realojamento, e reitera que o BE nunca contestou a necessidade de realojamento de emergência e direcionou sempre as suas críticas para o facto de não ter sido feita atempadamente e a forma atabalhoada como todo este processo foi iniciado e conduzido, levando aqueles moradores a viver momentos de desespero e insegurança quanto ao futuro. Disse ainda que era necessário que nos oiçamos uns aos outros e que as pessoas foram ter com as associações a pedir ajuda.

14. O Sr. Presidente da Comissão António Salgueiro concorda com uma discussão mais alargada e diz que o âmbito da comissão deveria ser mais abrangente, mas que na primeira reunião foi decidido por consenso que o âmbito da comissão só tinha a ver com a situação da vala.
15. A Sr<sup>a</sup>. Presidente Inês de Medeiros retoma a palavra para repetir que não se recorda de lhe ter sido apresentado o relatório de 2019 no Concelho de Administração dos SMAS, referindo-se novamente ao mesmo como um relatório interno. Refere uma vez mais o relatório de 2020, que sugeria a necessidade de se encontrar alternativas de realojamento para os moradores na zona da vala, reconhecendo portanto a importância de equacionar a possibilidade de retirada desses moradores e demolição destas habitações e por isso se iniciou nessa altura o processo de construção de casas programado. Disse que a CMA fez e que o BE nos critica de não ter feito. Referiu-se ainda às inúmeras reuniões com a Santa Casa da Misericórdia, Fábrica dos Sonhos, Igreja, Associação de Moradores, bem como declarou que durante este processo foi muitas vezes ao Torrão.
16. A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Francisca Parreira pede a palavra, começando por referir que todo este processo teve uma fase de maturidade e diligências antes da intervenção para resolução do problema destes moradores. O relatório elaborado pela proteção civil em Março de 2020, esse sim, despoletou de imediato alguma tomada de atenção por parte do executivo e originou que se promovesse ações no sentido de encontrar alternativas de realojamento para aquelas pessoas, salientando as dificuldades neste processo, pelo facto de ser terreno privado e obrigar a procedimentos diferentes, reconhecendo também o facto do executivo estar sujeito a critérios e regras muito complexas. diz que o perigo só seria iminente em Dezembro, final do ano hidrográfico. Declarou que a CMA quer tirar toda a gente do 2<sup>o</sup> Torrão. O proprietário foi notificado, porque ainda assim, mesmo sendo uma situação de emergência, carecia de autorização do proprietário. Refuta acusações de inércia por parte do executivo, desde junho de 2021 que as pessoas foram avisadas, em julho foi-lhes dito que tinham que sair e que teriam o apoio da câmara e reafirma que não houve sonegação de informação.
17. A Sr<sup>a</sup>. Presidente Inês de Medeiros solicitou novamente a palavra para falar dos pareceres da APA e para comunicar que os registos da vala datam do ano de 1936 e que a responsabilidade é do domínio hídrico, da APL e também da responsabilidade do proprietário.
18. A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Francisca Parreira retomou a palavra para se referir à avaliação jurídica que foi necessária efetuar com todo este processo e salientou a figura do estado de necessidade e referiu que se dizia que o risco não era eminente, que o domínio não era municipal e que por isso se notificou o proprietário. Não existiu inércia por parte da

CMA, antes pelo contrário o que houve foi ação. As pessoas foram notificadas, o Serviço Municipal de Proteção Civil e a Fiscalização interveio e não se deixou as pessoas sem chão, declarou. Tudo isto se desenrolou em julho de 2022 e as pessoas manifestaram o seu desejo de saírem do 2º Torrão. Ao contrário do que alguns expressam, a CMA montou uma operação hercúlea para poder levar a cabo a desocupação e o realojamento das pessoas.

19. A Srª. Presidente Inês de Medeiros para rematar declarou a defesa do trabalho do município e dos trabalhadores municipais em todo o processo e adiantou que existiu por parte de alguns a sonegação de alguns factos da realidade política.
20. O Sr. Deputado António Pedro Maco voltou a referir-se ao relatório dos SMAS de 2019 e perguntou se existiam mais relatórios de monitorização da vala.
21. Seguidamente pediu a palavra o Sr. Vereador Filipe Pacheco referindo que não houve negligência, se olharmos para o documento sobre estratégia local de habitação, em 2019 não existe referência nem à vala nem ao 2º Torrão, mais afirmou que o relatório que a isso faz referência é o relatório de 2020, mas que não indicava uma situação de emergência e declarou que em 2021 já estava em perspetiva a construção dos 95 fogos, onde seriam realojados os residentes obrigados a sair das suas casas nesta situação de emergência. Disse que a câmara assumiu um papel mais substancial do que o previsto no Programa Porta de Entrada, afirmando que nenhum dos agregados envolvidos neste processo ficou em situação de sem abrigo, acrescentando que foram enviadas 467 notificações formais a todos os moradores e levanta a questão sobre qual será a boa prática para o levantamento, para aferir quais as pessoas contempladas para o levantamento. Reafirma que por parte da CMA não existiu negligência, antes pelo contrário não ficou de braços cruzados e esclareceu que só na 2ª fase é que a CMA pode entrar no Porta de Entrada estabelecendo uma comparticipação adicional até €200 para cada agregado, para além do alojamento hoteleiro e apoio alimentar. Referiu ser falso que alguém tenha ficado sem abrigo neste processo. Falou sobre a reunião preparatória de 2 de junho e na reunião de 7 de junho com todos os moradores e que se realizaram na junta de freguesia 293 atendimentos formais. Afirmou que foi superado o papel da CMA em todo o processo e referiu que existiram em alguns moradores a vontade de sair mas que a seguir tiveram reticências. Há a tirar de todo este processo boas práticas para outras situações no futuro, declarou. Referiu também que existiram algumas dificuldades no processo, pois o que fazer com as pessoas que não estavam abrangidas pelos levantamentos? Existiram algumas situações difíceis, mas foram sendo ultrapassadas.

Esclarece que as afirmações que lhe são atribuídas sobre o relatório da Comissão da União de Freguesias da Caparica e Trafaria e que surgiram no Almada Online são falsas e estão completamente deturpadas.

Confirmou que os 95 fogos serão atribuídos prioritariamente a estes moradores, mas acrescentou que é preciso que reúnam os critérios necessários para o realojamento municipal. Acrescentou ainda que houve associações que acompanharam as pessoas, destacando a de moradores e a da Cova do Vapor. Disse mais uma vez que ninguém ficou fora do processo por questões burocráticas. Terminou a sua intervenção dizendo que reconhece que numa situação destas as pessoas fiquem em situação de fragilidade e com algum desespero e que dar segurança às pessoas é a melhor resposta. Declarou ainda que é preciso consenso político para que todos venham a ser realojados.

22. O Sr. Deputado João Geraldês mencionou o facto de que a habitação é sobretudo responsabilidade do Estado como vem na Constituição, referindo que no passado não existiam políticas de habitação e agradeceu a informação e a garantia de que os moradores deste processo do 2º Torrão terão prioridade de realojamento nos 95 fogos a construir, mas que já tinham perguntado à Srª. Presidente da CMA e que tinham tido uma resposta clara com a que foi dada hoje. Referiu-se ainda ao contato com os proprietários e perguntou se foi só para se poder entrar no terreno.
23. O Sr. Deputado José Rocha referiu-se ao apoio jurídico dado aos moradores, tendo declarado que as pessoas foram ter com o BE sobre o assunto. Afirmou ainda que algumas pessoas estavam a viver em condições deploráveis nos locais onde foram instalados. Adiantou ainda que a Srª. Vereadora Francisca Parreira tinha convidado todos a ir visitar as pessoas e o BE foi. Questionou a CMA sobre se apenas existe uma providência cautelar, porque é que as pessoas continuam lá?
24. A Srª. Vereadora Francisca Parreira esclarece que a afirmação proferida na comunicação social, de que este processo poderia ter sido menos traumático se não ocorresse num contexto de emergência, tem a ver com o prazo de execução curto para a operação, feito num contexto de emergência, surgindo neste contexto, algumas dificuldades.  
  
Mais adiantou que não existem processos perfeitos, o realojamento foi de emergência.
25. O Sr. Vereador Filipe Pacheco diz que o processo de realojamento de emergência foi feito com toda a serenidade possível num contexto adverso, deixando algumas críticas às associações que questionam os relatórios da proteção civil, mas declarando que foi feito num ambiente de serenidade social, sem episódios de violência. Referiu ainda que alguns documentos entregues a associações e que depois desapareceram. Terminou manifestando a sua gratidão a todos os serviços da câmara envolvidos no processo, pelo empenho e dedicação.
26. Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelas 21H10.
27. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores Deputados Municipais presentes.